

MIGRAÇÕES, FAMÍLIA E TERRA NO ALTO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS¹

*Flávia Maria Galizoni*²

*“Quem cortou cana em São Paulo
Foi pra lá e voltou ligeiro
Gastou parte, comprou égua
Vaca, touro, boi carreiro”*

(Benjamin Rocha,
Histórias do povo da beira dos rios)

A migração da população rural tem sido marca constante do Vale do Jequitinhonha no nordeste de Minas Gerais, objeto de estudos, intervenções e reflexões. Ano a ano, milhares de agricultores e agricultoras fazem e refazem o trajeto desta região até outras, espalhado-se pelo território brasileiro. Viajam em busca de empregos e trabalhos que combinam com atividades agrícolas e labores rurais, compondo estratégias familiares de trabalho e produção.

O objetivo deste artigo é analisar as migrações de lavradores da caíha alta do Rio Jequitinhonha, investigando suas relações com o sistema de posse e uso da terra, os ajustes das famílias às condições ambientais e as redes sociais que traçam em seus processos migratórios.

POPULAÇÃO RURAL E MOBILIDADE ESPACIAL

A mobilidade sempre fez parte da trajetória da população rural brasileira, principalmente de agricultores familiares. Antônio Cândido, em “Os Parceiros do Rio Bonito” (1975), abordou este tema e suas conseqüências para os agricultores e suas famílias. Mostrou como a mobilidade em busca de novas terras é moto contínuo na “sociedade caipira” por ele estudada; uma mobilidade animada pela agricultura itinerante, impelida pelo tamanho da família.

1 Agradeço a Conceição Aparecida Luciano, José Francisco, José Ribeiro e Antônio Baiano, que pesquisaram comigo; ao Campo-Vale e Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé pela oportunidade.

2 Antropóloga, doutoranda no IFCH/UNICAMP.

Cândido traz para o centro desta discussão o ambiente como fator, ao mesmo tempo, dádivo e limitante para as organizações produtivas dos agricultores familiares. Quando, no quadro das técnicas agrícolas dos lavradores, um determinado meio se exauria, o agricultor corrigia a situação pela mobilidade. Esta atuava recriando o meio e as condições desejadas de produção, reestabelecendo o equilíbrio entre população e ambiente. Para ele a mobilidade apresentava dupla face, instabilizadora por um lado ao propiciar a dispersão espacial, mas reparadora por outro, ao recriar as situações de fertilidade das terras, necessárias para a reprodução da família. Estudando uma sociedade em transformação, num período de livre acesso as terras, demonstra que a mobilidade no espaço é fundamental dentro do sistema agrário destes agricultores e da sua organização social.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), analisando os bairros rurais paulista, conclui que não só as famílias dos agricultores, denominados por ela de “tradicionais”, têm uma mobilidade no espaço, mas também sua unidade social ampliada – o “bairro” – participa desta mobilidade. Baseada em historiadores do século XIX, afirma que o bairro rural não está implantado espacialmente de modo fixo, mas ao contrário é “*uma unidade móvel no espaço geográfico brasileiro*” (Pereira de Queiroz, 1973:51). Segundo esta autora, a técnica agrícola utilizada – a agricultura de queimada – impôs para esses agricultores um deslocamento constante. Contrapondo-se à dispersão geográfica, os laços de parentesco são fios que restauram a unidade das famílias, unificando-as em espaços sociais e simbólicos, independente do distanciamento espacial.

A reflexão sobre a forma como os sítiantes concebem e utilizam o espaço é aguda na obra desta autora; trás à tona perspectivas instigantes para refletir sobre a mobilidade de populações rurais. Segundo Pereira de Queiroz, os espaços geográficos, sociais, sobrenaturais, formam um todo inseparável mas ao mesmo tempo ambíguo: o espaço é vasto e difuso, mas percebido por um recorte dado pelos instrumentos culturais do grupo em questão: as relações de vizinhança e parentesco³.

A autora analisou a adaptação dos habitantes do meio rural às grandes cidades, perguntando-se o próprio êxodo para a cidade – outro espaço também difuso, vasto e inesgotável – não seria, talvez, uma busca, em novo plano, da dimensão espacial rural perdida com o rompimento de relações “tradicionais” de acesso a terra e aos recursos naturais.

3 Ver artigo “*O sítiante tradicional e a percepção do espaço*”, em Pereira de Queiroz (1973).

Carlos Castaldi (1957) num belíssimo ensaio sobre o surto messiânico dos lavradores de Malacacheta, Minas Gerais, localiza o desequilíbrio ocorrido na relação entre lavrador e ambiente – causado por formas de apropriação que limitam o acesso a terra e mata e, conseqüentemente, a mobilidade territorial deste lavradores – como fator explicativo do movimento migratório. Viajam para conseguir meios para adquirir terras, que anteriormente possuíam. E também para fazer frente às necessidades monetárias que surgiam, nos anos 1950, decorrentes do processo de unificação das regiões econômicas e criação de um mercado nacional de bens.

Cândido, Pereira de Queiroz e Castaldi analisam populações rurais num momento em que a sociedade brasileira passava por um processo de urbanização, que redefinía profundamente os espaços sociais e as relações entre rural e urbano. Observam que os desajustes nas famílias de agricultores, frente às mudanças de formas de apropriação das terras, conjugadas ao processo de urbanização, resolvem-se cada vez mais pelo abandono das atividades agrícolas, pela migração urbana e – segundo Cândido – pela passagem a outro universo de cultura. Os autores afirmam que a urbanização propicia aos lavradores a possibilidade de encontrar, em um plano diferente, os espaços necessários à mobilidade da família: a cidade se apresenta como sucessora do espaço e ambiente rural, como forma de se desvencilhar de novas sujeições agrárias e econômica.⁴

Estes autores, assinalam momentos que a mobilidade da população rural se transforma em migração: quando está esgotada a possibilidade de mover-se no ambiente devido ao fechamento de fronteiras ou a impossibilidade de acesso a novas terras, cria-se uma mobilidade que reconstitui, no âmbito social, o deslocamento que era puramente ambiental e espacial. A migração reconstitui a mobilidade necessária aos agricultores, porém em outros patamares.

Eunice Durhan (1978), observando o grande fluxo de migrações rurais-urbanas nos anos 1960 e 1970, investigou como ocorre a integração de trabalhadores rurais a sistemas urbanos-industriais. A autora centra sua pesquisa em dois focos. O primeiro, coloca o trabalho como aspecto central do processo de integração dos migrantes rurais a sociedade urbana. O segundo, aborda a família e o grupo de parentesco como unidades que persistiram na passagem de uma para outra ordem social e orientaram a participação no novo universo sociocultural.

4 Pereira de Queiroz (1973) observa que a mobilidade da população rural nas metrópoles brasileiras trata-se, de certa forma, da transposição da maneira de se compreender o espaço rural, para o espaço urbano.

Durham revela que a mobilidade dos componentes de uma comunidade rural (entendida aqui como um grupo de parentesco e vizinhança) é característica intrínseca de sua organização interna; a comunidade possui fluidez, caracterizada pela grande mobilidade de seus membros. Neste sentido, afirma que a migração é um padrão constante no equipamento cultural de uma comunidade, constituindo mesmo em tradições migratórias comunitárias, que instrumentalizam o migrante com conhecimento mínimo do ambiente para o qual se dirige.

A contribuição importante da autora é revelar o aspecto grupal e familiar da migração. Isto não significa o deslocamento de famílias inteiras; ao contrário, partindo da migração de segmentos do grupo, há movimento de reconstituição das unidades familiares originais nos lugares de destino. Assim a migração não dissolve abruptamente laços sociais, e sim apresenta-se como uma movimentação no universo social, como uma tentativa que busca repor a mobilidade social.

A concepção de migração variou muito na história brasileira recente. Até os anos 1950 e 1960 a migração permanente ou temporária de trabalhadores rurais recebia uma avaliação altamente positiva, pelo migrante, pela a sociedade urbana, pelos estudiosos, e tanto do ponto de vista da região de origem quanto da região de destino. Migração, naquelas épocas, era sempre entendida como caminho para melhoria de vida do trabalhador migrante, como possibilidade de oferta barata de mão-de-obra e integração de populações rurais marginais na vida nacional.

Dos anos 1970 em diante a concepção de migração existente no conjunto da sociedade foi mudando, adquirindo caráter negativo: esvaziava o campo e enchia a cidade. Passou a ser interpretada como um processo de ruptura de vida, trabalho e família imposto à população rural; interpretada como um deslocamento populacional forçado e não voluntário. Autores como Moraes (1989), Moura (1988), Souza (1997) e publicações pastorais ilustram este viés de análise.

José de Souza Martins (1991) aponta para as contradições da concentração fundiária somada ao desenvolvimento tecnológico da agricultura como questões influentes que contribuíram para a expulsão da população camponesa da terra e se encontram na raiz da trajetória de parte dos contingentes de migrantes. Afirma que, neste contexto social e econômico, migrar se constituiu em problema e pergunta-se para quem? Revela que não para os trabalhadores migrantes, e sim para os grande proprietários de terra que perdem braços em suas fazendas e para os setores médios urbanos que se assombram com o contingente populacional pobre que aflui para as cidades. Este autor

chama a atenção para aspectos ambíguos das migrações, trazendo pontos negativos como desenraizamento, desagregação social, clandestinização das relações de trabalho; mas por outro lado, apresentando conseqüências positivas e libertadoras, principalmente emancipação de relações permanentes de dependência pessoal entre lavradores e latifundiários.

Refletindo sobre migração e mobilidade social, Brito (1999) , enumera os principais papéis da migração no cenário histórico brasileiro. O primeiro foi criar e articular o mercado de trabalho nacional; o segundo, de forma complementar, foi promover dentro de um quadro nacional de desequilíbrios regionais, um fluxo de população de uma região para a outra. O terceiro papel foi a participação decisiva da migração rural-urbana no processo de urbanização da sociedade brasileira; e, por último, as migrações foram importantes para gerar integração e articular culturalmente a sociedade brasileira. Brito aponta ainda para o aspecto da mobilidade das pessoas no espaço como um processo seletivo: até os anos oitenta a mobilidade social estava ligada à mobilidade espacial, porém nos anos noventa transforma-se em exclusão espacial a exclusão social.

Em fins do século XX, migração se relaciona a pobreza, desenraizamento, violência, mendicância e qualidade de vida deteriorada. Mas, como observa Martins (1988), são problemas para alguns e não para todos. É um tema que dificilmente é posto como problema para os lavradores que vivem a migração. Principalmente porque, para eles, raramente há outras alternativas. Assim, observar, somente as más conseqüências da migração significa quase sempre desconhecer as condições que efetivamente impulsionaram aquelas populações e as construções sociais possíveis com esse processo.

Ao final dos anos 1990, as migrações de população rural colocam-se em outro contexto. Diferente das famílias de agricultores dos meados deste século – que viviam envolvidos e quase aprisionados por um ambiente e que, de acordo com o enfraquecimento dos terrenos, deslocavam-se para outros – os agricultores familiares atualmente, migram e se urbanizam ou porque as condições de acesso a terra foram rompidas, ou para que membros da família permaneçam agricultores.

Afrânio Garcia Júnior (1983) equaciona de forma precisa a relação entre migração e acesso a terra. Coloca a insuficiência de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar como um fator limitante, que obriga essas famílias a construir estratégias de acumulação e trabalho muitas vezes fora de suas terras.

Klaas Woortmann (1990) demonstra como casamento, herança e migração combinam-se e arranjam-se de forma a assegurar a reprodução do patrimônio e da família. Descobre, nas comunidades por ele pesquisadas, três formas de migração: a primeira, como forma de conhecimento do mundo, de alargar os horizontes, “*um rito de passagem*”; a segunda, cíclica, uma forma de capitalização visando principalmente recursos para comprar terras; e a terceira, definitiva, saída do excedente familiar. Woortmann revela que a trajetória migratória da população rural unifica na vida do migrante as experiências da cidade e do campo, rompendo desta forma a dicotomia rural-urbano.

AS MIGRAÇÕES NO ALTO JEQUITINHONHA⁵

Migrar, tanto sazonalmente quanto definitivamente, faz parte do cotidiano dos lavradores do Alto Jequitinhonha pelo menos nos últimos cem anos (Ribeiro, 1996). Migravam no final do século XIX para trabalharem na lavoura de café no Leste de Minas Gerais – atual Zona da Mata mineira e Vale do Mucuri; nos anos cinquenta dirigiram-se para a fronteira agrícola do Paraná e colheita de algodão no interior de São Paulo. Em início dos anos setenta viajaram para Belo Horizonte e São Paulo capital para se empregarem na construção civil e, no começo da década de oitenta, afluem para o corte de cana no interior paulista, fluxo que continua até os dias atuais.

A migração, neste contexto, não pode ser entendida separadamente da relação com a terra e meio, nem fora das relações familiares. Não se constitui como atitude individual ligada a questões conjunturais ou climáticas, mas sim associadas a fenômenos estruturais e simbólicos: escassez de terra, exaustão do ambiente, amealhamento de recursos, ritos de passagem, conhecimento de mundo.

“Quando se tem uma área de terra – grande ou pequena –, se tem seis herdeiros, ficam só uns dois ou três. O resto sai fora, vai morar em outro lugar: migrar é o querer da pessoa e a necessidade”.

5 A área designada neste artigo por Alto Jequitinhonha, corresponde à parte do vale acima da foz do Rio Araçuaí e do Rio Itacambiruçu, refere-se mais precisamente aos municípios de Turmalina, Chapada do Norte, Berilo, Minas Novas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Botumirim, Cristália e Grão Mogol.

É desta forma que José Francisco, lavrador do município de Cristália, resume o dilema das famílias do Alto Jequitinhonha. As famílias crescem, mas as terras e os recursos naturais permanecem estáveis. O desenlace passa por dois extremos: divide-se a terra ou divide-se a família. Diante de tal decisão, as famílias de lavradores foram ao longo do tempo construindo estratégias de partida, permanência e reprodução na terra, procurando manter terra e família com o mínimo de fragmentação.

Dois elementos são importantes para compreender as formas de permanência na terra e “expulsão” do excedente populacional: os ecológicos – que envolvem a relação entre tecnologia e ambiente – e os sociais e culturais, que envolvem a relação dos grupos familiares entre si.

As famílias e comunidades de lavradores estabeleceram ajuste e reciprocidade entre si e a natureza, construindo sistemas de produção que revelam integração e dependência com o meio. O ambiente é fator constitutivo para as organizações produtivas dos lavradores. Ao criarem seus sistemas de ações sobre o meio, as famílias encontraram utilidades e atribuíram sentido às ofertas da natureza, construíram uma integração que engloba e mantém a diversidade dos recursos naturais (Galizoni, 2000). Tecendo, no correr de gerações, vários acordos entre as famílias lavradoras que normatizaram o uso da terra e recursos naturais, formando uma trama social complexa.

No Alto Jequitinhonha o sistema de lavoura utilizado é o de *roça de toco* ou *coivara*, que recompõe a fertilidade da terra por meio de rotação de terrenos e brotação da vegetação. Esta técnica foi descrita por Ribeiro (1997) para a região e por Wolf (1975) e Boserup (1987) para outras áreas. Como este sistema de coivara repõe a fertilidade da terra através do *descanso* (pousio) de áreas e da brotação natural, cada família precisa de um terreno de *cultura* muito maior do que sua lavoura, porque enquanto uma área está produzindo outras estão descansando – este alqueive é demorado, gastando na região, em média, de 10 a 15 anos para recuperar vegetação⁶. Passados alguns anos, essas posições estarão invertidas: as áreas que estavam produzindo estarão em descanso e aquelas que estavam em pousio estarão em produção. Os usos variados dos terrenos formam uma espécie de mosaico, com áreas em preparo para uma nova roça, outras com lavouras em plena produção, algumas com roça em final de produção e, outras ainda, em processo de *descanso* e reposição da vegetação. Uma terra pequena representa um período de pousio menor, uma

6 Ver cálculos em Ribeiro (1997).

maior pressão sobre a terra, uma menor fertilidade, conseqüentemente uma menor produção e uma saída ampliada de pessoas.

Os lavradores organizaram seu sistema produtivo, com base em zonas de recursos diferentes e articuladas entre si. A oscilação entre lavoura e extração dos recursos naturais é o cerne do sistema de produção das famílias. Há uma complementariedade indissolúvel entre lavoura e extração, que se alternam como faces de uma mesma moeda, revelando a totalidade de procedimentos técnicos que compõem um sistema coerentemente relacionado com as condições e diversidades naturais encontradas na região.⁷

O uso a miúdo, regulado dos dons da natureza, indica que o ambiente precisa ser minimamente preservado para que se mantenha o equilíbrio mantenedor do abastecimento da família. Por outro lado aponta um meio onde não cabem todas as pessoas, que oferta uma fartura regulada. Comunidades onde este frágil equilíbrio é rompido, em que ocorre forte devastação do meio, diminuindo as possibilidades de recursagem da natureza, estão atualmente em situações socioeconômicas difíceis e de maior incidência de migração sazonal, como é o caso de algumas nos municípios de Chapada do Norte, Minas Novas e Turmalina. Já noutras, onde existe grande cobertura vegetal e ofertas de recursos ambientais, nota-se uma menor saída sazonal de população e maior fartura de alimentos. É ilustrativo o exemplo de comunidades de São Bento e Gigante no município de Botumirim, onde, segundo observação do senhor José Ribeiro, os lavradores: “*Não migram porque vivem da própria natureza, tiram o salário da própria terra*”.

As trocas entre família e natureza, mediadas pelo trabalho da família, expressaram-se em articulação dinâmica entre sistema de posse e uso da terra. A posse comum – no *bolo* – sobre a terra da família procura suavizar o esgotamento do ambiente, que representaria uma passagem da fartura para a privação. No usufruto e concessão de uso da terra expressa-se uma tendência para minimizar a partilha: a diversidade dos recursos ambientais não resiste a um fracionamento contínuo.

A posse da terra é o resultado do processo de trabalho. E o que é considerado socialmente trabalho na calha alta do Rio Jequitinhonha é o trabalho na lavoura. A lavoura e seu vestígio – a palhada – são cristalização e representação de que o esforço físico humano moldou a natureza domesticando a paisagem. O espaço se modifica à medida que é trabalhado pelas famílias,

7 Esta adaptação criativa às ofertas do meio foi analisada por Ribeiro (1976), Brandão (1981) e Posey (1987).

e essa modificação visível que resulta do esforço dos membros da família, demonstra que aquela posse é o trabalho de uma família cravado na natureza. A natureza transformada pelo trabalho é cultural e socialmente distinta do espaço difuso que não foi dominado pela ação humana. A primeira etapa do preparo da lavoura, derrubar as árvores, aproveita o substrato dado pela natureza – a vegetação que conserva a fertilidade do solo – para, através da mediação do trabalho humano, transformá-la em alimentos. A natureza, postada sobre uma base física – a terra – é o objeto que é transfigurado por meio do trabalho em produtos que pertencem em parte à esfera natural – o feijão, o milho, o amendoim etc – mas que, em sua maior parte, é consequência do trabalho humano concentrado e dirigido a um fim. Partindo da própria natureza, o trabalho muda a natureza, transformando o resultado em algo meio humano, meio natural⁸.

Antônio, da comunidade de Ouro Podre, município de Botumirim, ao explicar quais direitos sobre a terra têm os parentes que migraram, é incisivo:

“Tem muito herdeiro desta terra saído pro mundo. Os mais íntimos que a gente conheceu ou lembra, podem voltar para terra, se quiser. Os mais de longe, a gente pode recusar, porque nunca trabalharam, são quase invasores”.

A principal dúvida de Maria, moradora de uma comunidade de um afluente do Rio Jequitinhonha, que corre o risco de ser inundada com a construção de uma hidrelétrica consiste no seguinte: se, com a barragem, quem tem o direito a terra, mas não está ocupando com o trabalho vai ser indenizado “a mesma coisa”. Quer dizer: da mesma forma de quem está trabalhando. A lógica do direito a terra que emerge dessas situações, que são representativas, é uma lógica baseada no trabalho que cada um dos membros da família depositou sobre a terra⁹.

8 Marx (1985: 151), afirma que o trabalho é uma *condição* inerente da existência do homem que independe do tipo de sociedade. Para Marx o produto do processo de trabalho, em sua forma simples, é “*uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformações da forma. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado*”.

9 É consenso entre as famílias e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé que, nas negociações sobre os direitos da terra, quem tem mais trabalho sobre a terra tem que receber maior indenização.

A LÓGICA DA TERRA

Herança é tema chave que movem essa população, sua espinha dorsal: a trama das famílias entre si, com a terra e a natureza, dando origem a um destino variado para esses lavradores, suas mulheres e filhos.

Praticamente, quase todas as famílias de lavradores da calha alta são compostas de herdeiros que ampliaram ou diminuíram a posse e o patrimônio herdado. Bem como, quase todos os migrantes desta região são: herdeiros em busca de ampliar recursos para futuras compras de terras, não-herdeiros visando os mesmos objetivos ou buscando outras alternativas, ou ainda o excedente feminino; porque se a terra é passada e recebida em herança não o é para todos os filhos.

Idealmente, todos os irmãos têm direitos iguais, assim como todos os netos e bisnetos. Acontece que no “jogo” que se estabelece entre filhos(as) no interior da família e as conjunturas dadas pela migração, trabalho, casamento, processos de formação de patrimônio e ambientes, esta situação vai sendo modificada, ocorrendo uma diferenciação interna à família. Uns membros vão adquirindo mais direitos que outros, configurando herdeiros efetivos e herdeiros potenciais. Essa diferenciação interna à família se refletirá nas diversificações de trajetórias e destinos de seus membros, e será fundamental para a construção do herdeiro e do migrante. Pode ocorrer tanto na mesma geração – entre irmãos, por exemplo – quanto entre gerações, como tios e sobrinhos.

Muitos são os donos da terra mas a regência cabe a poucos, quem não ocupou ou ocupa a terra com o seu trabalho, permanece com um direito *parado*, quase que direito no ar, que em situações de dificuldade pode, não sem conflito explícito ou implícito, prevalecer, ser reintegrado ou reembolsado. Ninguém nega a herança – “*Herança não morre!*”, ela fica sendo “*um direitinho parado*”, não prospera, mas sempre representa um vínculo simbólico que pode ser acionado em caso de necessidade.

No Alto Jequitinhonha, herança do patrimônio fundiário é baseada em regras que procuram evitar a pressão excessiva da população sobre a terra e recursos ambientais. Suas diversas formas são acionadas conforme circunstâncias internas e externas à família: escassez de terra, exaustão ambiental, número de filhos, condições de emprego no mercado de trabalho urbano, entre outros. Desta forma, o processo de herança é constituído por regras conjuntu-

rais e permanentes que dependem das negociações internas às famílias, aliadas às possibilidades oferecidas pela sociedade abrangente.¹⁰

Retoricamente, as normas que governam herança são baseadas no sistema por partilha entre todos os herdeiros; mas na prática, somente alguns herdam, dificilmente todos receberão terra. Isto porque o ajuste ecológico estaria ameaçado pela fracionamento das terras. O sistema de produção – lavoura e extração – não poderia sustentar mais do que certo número de pessoas e as formas pelas quais se efetivam a herança servem para contornar esta questão. Há famílias onde mais de um filho herda; em outras somente homens recebem terras; em algumas outras, ocorre também a partilha entre vários membros, tanto homens quanto mulheres podem ser herdeiros potenciais; em outras ainda há uma discreta preferência pelas mulheres; e, por fim, há famílias onde somente um único filho, homem, recebe a terra¹¹.

A herança da terra, implica em decisões familiares e individuais que vão sendo efetuadas ao longo do tempo: os filhos que migram não saem de uma vez, vão saindo aos poucos, experimentando as oportunidades, tendo a retaguarda da família, até que saiam de vez, porque a saída é inevitável, já que a terra quase sempre é pouca para caber todos os membros da família.

O processo de definição do herdeiro e, conseqüentemente, do migrante acontece no correr de uma vida e está intimamente relacionado com dois fatores. Primeiro, as alianças matrimoniais, pois o casamento é extremamente importante no acesso a terra, quem não a tem pode adquiri-la através das núpcias, ou quem tem acesso a uma gleba diminuta pode aumentá-la casando-se, e, muitas vezes, os casamentos realizados são definidores importantes nas trajetórias dos membros da família. Segundo: as viagens temporárias que os membros da família fazem, porque se o trabalho empregado na gleba garante o direito a terra, o emprego em outras regiões supre as demandas de dinheiro para construir casa, fazer benfeitorias e comprar gado¹².

10 Vários autores abordaram esse tema, entre eles Tavares dos Santos (1978), Woortmann (1990) Garcia Jr (1983), Moura (1978) e Seyfert (1985).

11 Para entender essas várias distinções ver Wolf (1976).

12 Castaldi (1957) e Pereira de Queiroz (1973), entre outros, demonstraram como os lavradores fazem negócios ou trabalho fora para complementarem o orçamento familiar. Gilberto, da comunidade de Poções, município de Chapada do Norte, afirma que “*O sustento vem de São Paulo*”.

São histórias familiares de permanência na terra entrelaçada necessariamente com a saída de alguns de seus membros. Mas ninguém pode precisar ao certo o quão é definitiva permanência e saída.

MIGRAR: OS HERDEIROS NO MUNDO

Filhos e filhas passam por um criterioso e tenso processo de seleção para ver quem sai e quem fica, o que dependerá além dos casamentos realizados de situações externas à família, como expansão de fronteira agrícola e possibilidades de trabalhos urbanos. Ao final ficam somente os filhos que a terra comporta. É comum no final da adolescência e início da vida adulta o homem, principalmente, dar um “*giro*”, conhecer mundo, testar possibilidades e alternativas de ocupações e empregos. É um momento em que algumas escolhas pessoais e familiares se concretizam, mas também é uma possibilidade para conseguir recursos, capitalizar-se para ampliar a herança recebida, ou o caso de um não-herdeiro tentar comprar terra. Normalmente o pessoal diz que ficou na terra o filho que tinha mais “*jeito*” ou gosto para lavoura ou que não teve mesmo outra escolha.¹³

Mas o *jeito*, às vezes, é o próprio lavrador que faz. Por exemplo, na história de Luís, lavrador da beira do Rio Jequitinhonha, que não recebeu terra do pai; viajou aos dezessete anos pela primeira vez, foi para São Paulo, trabalhou seguidamente na colheita da banana no litoral paulista, juntou dinheiro, comprou três quartas de terras, mas ficou ainda devendo um pouco. Viajou então para o Paraná, trabalhou no café, voltou e quitou a dívida. No ano seguinte, empreitou a construção de uma casa nesse terreno; para pagá-la foi trabalhar no corte de cana no interior de São Paulo, depois disso viajou mais uns três ou quatro anos, casou-se, trabalhou na cana mais uns quatro anos, comprou gado e deixou de viajar¹⁴.

Mesmo quem recebe a terra, quase sempre, passa por um período migrante para consolidar sua herança. Esta é uma das razões da migração sazonal ser tão presente no Alto Jequitinhonha: rapazes e moças passam o período da seca trabalhando em outras regiões – aproximadamente sete meses os homens e quatro as mulheres – retornam para na época das águas ajudar a família nas lavouras. É um fenômeno antigo e comum na região, os recursos obtidos nesses trabalhos temporários são utilizados para o consumo familiar,

13 Ver Garcia Júnior (1983), Woortmann (1995) e Ribeiro (1993).

14 Pesquisa de campo, entrevista realizada em junho de 1999.

para a aquisição de mercadorias mais dispendiosas ou fonte de acumulação na forma de gado visando adquirir mais terra. Também é fenômeno etariamente marcado, ocorrendo predominantemente entre: jovens solteiros que vão experimentar possibilidades de vida em outros lugares; entre recém-casados e famílias em formação com filhos pequenos – os maridos migram para tentar obter recursos para formar ou solidificar o patrimônio, espaçando as viagens conforme os filhos vão crescendo¹⁵.

Em algumas localidades, principalmente quando os terrenos são muito diminutos ou as pressões demográfica e ambiental são fortes, a migração, apesar de sazonal, torna-se de longa duração no ano; para alguns inicia-se em meados de abril e às vezes termina só em fevereiro. Este é o caso de um lavrador da comunidade de Poções, município de Chapada do Norte: migrou para a cana em abril, voltou para a comunidade em final de novembro e no final de dezembro foi para o litoral paulista trabalhar, até fevereiro, de ambulante junto com outro irmão.¹⁶

A dinâmica combinação entre família, terra, patrimônio e ambiente traça destinos diferenciados para os lavradores. Se não é possível compreender os movimentos dessa população rural sem levar em conta seus ajustes com o meio, tampouco pode-se compreender esses ajustes sem enfocar as relações de parentesco. As apropriações da terra e do meio não são processos individuais e sim familiares. A migração também é um processo familiar, porque quem ficou impossibilitado de permanecer na terra não migra só, desfazendo os laços de parentescos; ao contrário, migra em grupo, indo para onde estão parentes ou afins, reconstruindo em outros locais (rurais ou urbanos) suas unidades familiares e, no caso do Alto Jequitinhonha, só muito raramente rompem de vez com a família.

As comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, constroem, em seus processos migratórios, teias de solidariedade e apoio aos lavradores que precisam migrar. São laços familiares que se distendem pelo espaço geográfico e são reunidos pela força do parentesco. É comum quem migrou definitivamente, receber pelo menos uma vez por ano visita de parentes e também no correr do mesmo prazo, retribuir a visita, participar das festas comunitárias e acolher

15 Ver Pesquisa de Irapé, Campo-Vale (1992).

16 Martins (1985) aponta o aspecto ambíguo e complementar da migração sazonal. Segundo este autor apesar desta migração possibilitar a reprodução de parte destes agricultores, ela possui um outro lado, nefasto, porque os proletariza e sobrecarrega as famílias de trabalho.

doentes em tratamento; estabelece-se redes de relações sociais, simbólicas e de trabalho que minimamente amparam os lavradores em suas andanças.

A história de Alexandre, lavrador do município de Chapada do Norte, é exemplar: migrou pela primeira vez em 1949, aos 18 anos. Participou de praticamente todas as fronteiras e frentes agrícolas brasileiras dos anos cinquenta aos anos oitenta: trabalhou no interior de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Quando voltou para sua comunidade só encontrou no terreno familiar uma irmã. O restante da terra que foi de seu pai havia sido posseada por parentes, tios e primos. Casou-se com uma prima materna e, através do casamento, adquiriu terra na comunidade de sua mãe. Quando se casou, havia completado 50 anos e havia esgotado suas possibilidades de trabalho fora, sem conseguir se colocar satisfatoriamente. Através do casamento foi acolhido na comunidade e tornou-se o principal guardador da história comunitária, transformando seu direito potencial a terra num direito em exercício, efetivo¹⁷.

O casamento assume papel central na superação das distâncias geográficas e manutenção das relações sociais entre os membros da comunidade dispersos pelos vários estados do país. Apesar das constantes migrações e os períodos prolongados de ausência, a maioria dos migrantes casam com pessoas da sua comunidade mesmo ou no máximo da região. Conceição, lavradora residente em uma comunidade do município de Minas Novas, passou cinco anos trabalhando como doméstica em Florianópolis (SC), mas quando resolveu casar, escolheu um rapaz de sua comunidade que nunca havia perdido de vista. Este procedimento, segundo dados de pesquisa de campo realizada em 1999, é hegemônico na região.

A migração no Alto Jequitinhonha possui especificidades muito localizadas. Como normalmente a saída reflete uma trajetória familiar, há destinos variados que se somam. Há uma combinação de lugares e destinos diversificados, que variam por gênero e tipos de trabalho, para totalizar a migração que as famílias realizam. Numa família da Comunidade de Cuba, município de Chapada do Norte, o pai vai trabalhar no corte de cana em Guariba (SP), as três filhas mais velhas vão colher café em Altinópolis (SP) e a mãe fica em casa com os filhos mais novos e faz o tanto de roça que dá conta. Os rapazes da comunidade de Cachoeira de Ribeirão da Folha, vão principalmente para o corte de cana no interior de São Paulo levados por um *empreiteiro* da comunidade mesmo, parente e compadre de boa parte dos agricultores, as moças se

17 Pesquisa de campo, entrevista em janeiro de 1999.

encaminham para trabalhar como domésticas em Florianópolis e Belo Horizonte. Na comunidade de Santa Rita, os rapazes viajam para trabalhar na colheita de café do Sul de Minas e no corte de cana no interior paulista, já as moças se dirigem para São Paulo, capital e também para a região canavieira no interior do estado.

A arregimentação de mão-de-obra para trabalhos temporários em outras regiões também é um processo comunitário e familiar. Em geral, cada comunidade – ou conjunto de comunidades – possuem pessoas que centralizam e se especializam nesta função. É a situação de L. morador em uma comunidade no município de José Gonçalves de Minas. Ele organiza turmas para trabalhar em outras regiões, negocia as empreitas, condições de trabalho, salário e também constrói benefício políticos e financeiros para si próprio. Arrebanha turma em sua comunidade e em mais outras duas vizinhas; nestas, os procedimentos se repetem: faz a combinação com uma pessoa do local que fica responsável em alistar os interessados, quase sempre parentes entre si. L. iniciou-se no negócio por conta própria, continua morando na comunidade e participando de todas suas redes sociais.

O *empreiteiro* de mão-de-obra ou *gato*, normalmente não é visto pelas famílias de lavradores e comunidade como explorador, ao contrário, é pessoa observada com certa admiração e prestígio. Torna-se uma espécie de interlocutor da comunidade no que diz respeito às relações de emprego com fazendas e empresas. Possui uma relação dúbia com a comunidade, com ganhos próprios é claro, mas também com muita responsabilidade e pressão sobre si. O *gato* tem que zelar por sua “turma”, garantindo condições razoáveis de trabalho correndo risco de, em caso inverso, ser desertado. Entre o *empreiteiro* e as famílias de lavradores são estabelecidas relações desiguais de troca de favor – que são costuradas e solidificadas por laços de parentesco e compadrio. Muitos desses empreiteiros seguem carreiras políticas: prefeitos, vice-prefeitos e, principalmente, vereadores.

Sucessivamente, as famílias de agricultores vão traçando trajetórias de vida e emprego que combinam suas comunidades de origem com outras regiões do país e com empregos variados. Os lugares de destino da migração dos lavradores do Alto Jequitinhonha são bem diversificados e oscilam conforme circunstâncias econômicas e sociais da sociedade brasileira. Nos anos setenta foi a construção civil nos grandes centros que absorveu boa parte destes lavradores, nos anos oitenta e noventa o corte de cana nas usinas paulistas foi o principal destino dos migrantes do Jequitinhonha, somado agora, no final da década de noventa com a colheita de café no sul de Minas e interior de São Paulo; permeado esse período a constante saída de lavradoras para trabalhar

como domésticas nos mais variados locais. Combinados com esses grandes fluxos populacionais, as famílias sempre experimentaram e experimentam outros menores e circunstanciais: as praias paulistas, o garimpo na região mesmo, o corte de lenha no *sertão* mineiro¹⁸, e uma gama vastíssima de empregos urbanos e rurais.

A localidade de origem do lavrador tem quase sempre uma correspondência com o local de destino. Como, geralmente a saída reflete uma trajetória familiar, há destinos muito variados que se combinam e enlaçam, compondo uma estratégia familiar e comunitária. A comunidade de origem oferece um esquema cultural que filtra as transformações pelas quais passam os migrantes. São relações formuladas em termos de um universo comunitário que passam a ser instrumentos de adaptação às novas formas de vida: os locais de destino de migrações e os tipos de trabalho desenvolvidos, apontam para a história migratória de um determinado grupo social. Há a formação de uma verdadeira teia, baseada nas relações de parentesco que une as seções rurais e urbanas da família e da comunidade.

Casamento, herança e migração combinam-se e arranjam-se de forma a assegurar a reprodução do patrimônio e da família. Migração, tanto sazonal quanto definitiva, é uma estratégia familiar, que se impõem quando os padrões familiares socialmente aceitos de subsistência não podem mais ser mantidos. Assim, o lavrador migra, ou alguns membros de sua família migram, para manter condições razoáveis no lugar de origem e buscá-las em outros lugares.

18 O que se designa no Alto Jequitinhonha por *sertão* são as regiões de João Pinheiro, noroeste de Minas Gerais, e de Sete Lagoas, na área metropolitana de Belo Horizonte.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988. (Dissertação, Mestrado de Sociologia).
- ARANTES NETO, A. A. *A Sagrada Família: uma análise estrutural do parentesco*. *Cadernos IFCH*, UNICAMP, n. 5, 1975.
- BARCELLAR, C. A. P. *Os senhores da Terra*. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997.
- BLOCH, M. *La História Rural Francesa: caracteres originales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.
- BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. [s.l.]: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Ática, 1976.
- CHAYANOV, A. *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas*. In: GRAZIANO DA SILVA, J., STOLCKE, V. *A Questão Agrária*. Brasília, 1981.
- GALIZONI, F. M. *A Terra Construída – família, trabalho, ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. FFLCH/USP, 2000. (Dissertação).
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HERENDIA, B. M. *A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Porto: Portucalense, 1972.
- LÊNIN, W. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Moscou: Progresso, 1978.

- LOVISOLO, H. *Terra, trabalho e capital*. Campinas: Edunicamp, 1989.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- . *Não há terras para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- . *Migrantes Temporários – desafio à igreja e a sociedade*. São Paulo: Edições Loyola, SPM/CNBB, 1991.
- MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- . *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MATTOS, H. M. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MOURA, M. M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- . *Os Deserdados da Terra*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo: Vozes/EDUSP, 1973.
- POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B. *Suma Etnológica Brasileira*. v.1 Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987.
- POSEY, D. A. Etnobiologia: Teoria e Prática. In: RIBEIRO, B. *Suma Etnológica Brasileira*. v.1 Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987.
- QUEIROZ, R. S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. (Dissertação).
- RIBEIRO, D. *Uirá sai a procura de Deus*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- RIBEIRO, E. M. *Fazenda Pica-Pau, Miradouro, Minas Gerais – Estudo sobre a Comunidade, o trabalho familiar e o patrimônio de camponeses*. 1993. (Mimeogr.).

- RIBEIRO, E. M. As Invenções de Migrantes in Travessia. *Publicações do CEM*, ano VI, n. 17, set./dez. 1993.
- , GALIZONI, F. M. As Andanças dos Mineiros: Considerações sobre as Viagens sazonais de Trabalhadores rurais Migrantes do Norte de Nordeste de Minas Gerais. *Cadernos de Administração Rural*, Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, v. 8, n. 2, jul./dez. 1996.
- , *Estradas da Vida – terra, fazenda e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri*, Minas Gerais. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Tese).
- RIOS-NETO, E., VIEIRA, P. M. D. Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha. In: NABUCO, M. R. (Org.). *Contradição do Desenvolvimento Agrícola em Minas: uma perspectiva regional*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990.
- SAHLINS, M. O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um objeto etnográfico em extinção. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997. (n. 2, p. 103-150).
- SEYFERT, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, n. 52, 30 maio 1985.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Klass. Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, jan./jun. 1990.
- , *Com parente não se negueia – O campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Branca